DIÁRIO OFICIAL DO
LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Ano XXXII - N° 6.477

Sábado, Domingo e Segunda-feira, 3, 4 e 5 de Junho de 2023

Motoristas por app aguardam tramitação de 13 projetos que os beneficiam

O autor das propostas é o vereador e presidente do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo, Átila do Congo

Foto: G1



O vereador Átila do Congo (Patriota) afirma que falta muito para se chegar ao ideal de sistema de trabalho para a categoria, mas Salvador sai na frente entre outras capitais por debater no Legislativo a realidade desse segmento. "É preciso união dos motoristas, não basta desligar aplicativo ou ir para as ruas de forma desordenada, tem que utilizar a transparência e a Casa do Povo para cobrar e acompanhar o que tem sido feito. Sem dúvida, é o melhor caminho para avançarmos", diz o vereador.

LEIA MAIS NA PÁGINA 2

Sábado, Domingo e Segunda-feira,
3, 4 e 5 de Junho de 2023

Ano XXXII
N° 6.477

Treze projetos tramitam na Câmara para beneficiar motoristas por app

Atraso na análise dos textos adia subsídios para a categoria na capital baiana

Os motoristas por aplicativo da capital baiana contam com 13 projetos na Câmara Municipal de Salvador relacionados à categoria com benefícios efetivos para subsidiar a atividade no município. Dentre elas, o principal destaque já aprovado pela Casa é o aplicativo municipal de mobilidade que oferece menores taxas e mais segurança administrativa para o colaborador. O texto aguarda sanção do prefeito Bruno Reis.

A ferramenta tem como proposta reduzir as taxas impostas por empresas privadas aos trabalhadores, no intuito de trazer uma opção mais rentável ao mercado, com a cobrança apenas do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) no valor das corridas.

O autor das propostas, vereador e presidente do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo, Átila do Congo (Patriota) afirma que falta muito para se chegar ao ideal de sistema de trabalho para a categoria, mas Salvador sai na frente entre outras capitais por debater no legislativo a realidade da categoria no município.

“A batalha é grande contra as empresas que tentam a todo custo precarizar o serviço no país. Aqui, no Legislativo, tenho pares e a parceria com o Executivo para melhorar a vida dos motoristas na cidade, no entanto, sozinho não posso. É preciso união dos motoristas, não basta desligar aplicativo ou ir para as ruas de forma desordenada, tem que utilizar a transparência e a Casa do Povopara cobrar e acompanhar o que tem sido feito. Sem dúvidas, é o melhor caminho para avançarmos”, disse o vereador.

Foto: Assessoria do vereador



Vereador Átila do Congo

SEGURANÇA PARA A CATEGORIA

Atualmente, a capital baiana e municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) contam com 40 mil motoristas ativos. As matérias que tramitam na Casa correspondem a diversos aspectos da rotina dos trabalhadores.

Na área da segurança, a ausência de rigor no cadastro dos usuários é um dos fatores que expõe os autônomos durante as corridas. Para reduzir os índices de fraude, o PL 15/2023 dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastro de foto e documento dos usuários dos serviços de transporte remunerado privado individual para resguardo da segurança dos motoristas.

RENDIMENTO NAS CORRIDAS

Com a alta taxa de cobrança por corridas, o rendimento final do trabalhador pode não ser vantajoso. A Câmara Municipal vem analisando o PL que fixa limite de cobrança da taxa de 10% por cada viagem feita pelos aplicativos de transporte remunerado privado individual e estabelece a tarifa base no valor de duas passagens de ônibus na capital baiana, ou seja, R$ 9,80.

ACESSIBILIDADE

Outro ponto discutido pela Casa é a criação de pontos de embarque e desembarque para motoristas, que realizam o serviço de transporte individual remunerado de passageiros oferecido e solicitado exclusivamente por aplicativos. A manobra ajuda a legitimar ainda mais a atividade, evita multas desnecessárias e embates com outras categorias de autônomos, como taxistas.

Além disso, outro PL dispensa o pagamento de tarifa do estacionamento rotativo Zona Azul pelo período de 30 minutos por dia para os motoristas cadastrados junto às operadoras de tecnologia de transporte.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

1ª Vice-Presidente:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Sabá
saba@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Marcelo Maia
marcelomaia@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Ricardo Almeida
ricardoalmeida@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Átila do Congo
atiladocongo@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Augusto Vasconcelos
augustovasconcelos@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Substituto:
Anderson Ninho
andersonninho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Alexandre Aleluia
alexandrealeluia@cms.ba.gov.br

1ª Vice-presidente suplente:
Ireuda Silva
ireudasilva@cms.ba.gov.br

1º Secretário suplente:
Fábio Souza
fábiosouza@cms.ba.gov.br

2º Secretário suplente:
Hélio Ferreira
hélioferreira@cms.ba.gov.br

Diretor de Comunicação
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

SIGA A CÂMARA NAS REDES SOCIAIS

@camarasalvador
@camaradesalvador
camaradesalvador

TV Câmara Salvador / Canal aberto 12.3

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

Augusto Vasconcelos destaca trabalho da Aesos

Vereador enfatiza a importância da entidade na luta anticapacitista

O vereador e ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador, Augusto Vasconcelos (PCdoB), visitou a Associação Educacional Sons no Silêncio (Aesos), entidade filantrópica fundada no ano 2000 e que busca a inclusão social e educacional da pessoa com deficiência, em especial, o cidadão surdo.

Durante a visita, na manhã de terça-feira (30 de maio), Augusto-Vasconcelos reforçou a necessidade da atuação do poder público em defesa da luta anticapacitista em todas as esferas da sociedade. Na oportunidade, ele informou que irá atuar para apoiar as demandas relatadas pela associação, com sede no Imbuí.

"A Aesos cumpre um brilhante papel na nossa sociedade, mas ainda é muito pouco. Temos poucos profissionais de educação ainda formados em Libras, temos pouca condição ainda nas escolas públicas, tanto na rede estadual como na rede municipal, de acolhimento às crianças que possuem surdez e outras deficiências", disse ele, na sessão ordinária de terça-feira.

Foto: Assessoria do vereador



Augusto Vasconcelos esteve na Associação Educacional Sons no Silêncio

A Aesos atua com capacitação profissional para educadores, assim como na assistência social a familiares de PcDs, ao lado das secretarias municipal e estadual de Educação.

COMBATE AO CAPACITISMO

O objetivo é desmistificar as ideias impostas pela sociedade em relação ao capacitismo, determinando que pessoas com deficiência são inferiores àquelas sem deficiência, tratando-as como anormais e incapazes, em comparação com um referencial definido como perfeito. Dizer, por exemplo, que alguém "é cego" por não cumprimentar outro alguém na rua ou que "deu mancada" por cometer um erro, são exemplos clássicos de capacitismo, como enumera o vereador.

"Existem muitas demandas apresentadas pela Aesos, mas nós fomos muito bem recebidos pela companheira Márcia Lemos, que é uma das diretoras do projeto, ao lado de Marleide Nogueira, que faz parte do movimento anticapacitista, das famílias que enfrentam essa realidade. Essa pauta da inclusão e da acessibilidade tem sido uma das nossas tônicas", ressaltou Augusto.

O vereador cita a contribuição de pesquisas sobre o assunto. De acordo com dados da pesquisa Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 24% dos brasileiros têm algum tipo de deficiência.

Apesar disso, segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Olga Kos, apenas 2,74% estão empregados, o que resulta em pelo menos 50 milhões de pessoas que possuem deficiência e podem sofrer discriminação por isso. Acabam sendo excluídas do mercado de trabalho, apesar da existência da lei de cotas.

Ainda segundo o instituto, apenas 14,4% dos PcDs vivem em municípios com existência de Fundo Municipal para os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Ireuda repudia jogo que simula tortura a escravizados

"É chocante", diza vereadora, que cobra punição para plataforma e usuários

A presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e vice da Comissão de Reparação, vereadora Ireuda Silva (Republicanos), repudiou o jogo intitulado "Simulador de Escravidão", que pode ser livremente baixado por usuários de celular. Segundo a vereadora, a plataforma de teor racista e o Google, bem como jogadores que deixaram comentários discriminatórios, estão na mira do Ministério Público de São Paulo.

"É chocante. Não tenho notícia de nada parecido em outro país. Isso só reforça o que temos falado nos últimos anos: o Brasil, que foi a nação mais escravista do mundo, ainda não arrebentou totalmente seus grilhões. A lei deveria permitir que os desenvolvedores desse aplicativo fossem presos o quanto antes. O racismo é inaceitável, principalmente nos dias de hoje. É inconcebível que alguém se ache no direito de desumanizar outra pessoa apenas pela cor da pele", diz Ireuda.

Foto: Assessoria da vereadora



Vereadora Ireuda Silva

Segundo a vereadora, a proposta do jogo era que o usuário se passasse por um dono de escravizados e simulava que pessoas negras poderiam ser castigadas ao longo das partidas. "É a virtualização de um crime. A internet não pode ser terra de ninguém. As pessoas precisam entender o peso do que fazem e falam nos ambientes online - o peso legal, psicológico e emocional para quem está do outro lado", pontua.